

Comissão recebe até dia 15 dados sobre a dívida, diz Chiarelli

por Euclides Torres
de Porto Alegre

O líder do PFL no Senado, Carlos Alberto Chiarelli, que preside a Comissão da Dívida Externa, informou ontem, em palestra realizada no Instituto Rio-grandense de Desenvolvimento, que até o dia 15 de setembro o Congresso Nacional receberá informações descritivas de todos os contratos da dívida externa brasileira, abrangendo um período de 27 ou 28 anos.

Chiarelli disse que já tem vários documentos enviados pelo Banco Central, mas que as informações sintetizadas da dívida serão fornecidas pelo presidente do Banco Central, Fernando Milliet. "Até agora ninguém sabe de quanto é a dívida brasileira, nem mesmo o ministro da Fazenda ou os ex-ministros da Fazenda, nem o presidente do Banco Central. Precisamos saber, em detalhes, como foi feita essa dívida. Por enquanto sabemos que são diferentes credores e que esses recursos tiveram diferentes aplicações", afirmou o senador.

Comentou também que os credores estão aguardando uma definição da Constituinte sobre capital estrangeiro e o encaminhamento da dívida externa. Com essa definição por

parte dos constituintes, Chiarelli informa que o Legislativo participará do encaminhamento da questão, o que, na sua opinião, é bom para o ministro da Fazenda, que poderá negociar em nome do Executivo e também do Legislativo.

Essa situação, diz Chiarelli, dá argumentos para os negociadores brasileiros não fazerem muitas concessões, podendo alegar, para isso, que têm limitações expressas pelo Congresso.

Ainda sobre a dívida externa, disse que quem tem mais pressa em negociar são os bancos privados e que da parte do Brasil há interesse em acertar logo com as agências de desenvolvimento, para que o País possa receber recursos para investimentos. "Esse é o jogo do momento", disse o senador.

Quanto ao relacionamento com o FMI, diz que o que preocupa não é a dívida em si mas o aval dessa instituição, que é exigido pelos bancos credores na renegociação.

Chiarelli defende a aprovação pelo Congresso do nome do presidente do Banco Central, de tal forma que ele tenha um mandato fixo de cinco anos e assim possa estabelecer melhores condições administrativas.